

A crise da nação na narrativa jornalística *Problema Vital* de Monteiro Lobato¹

The crisis of nation on the Monteiro Lobato' journalistic narrative *Problema Vital*

Simão Farias Almeida

Universidade Federal de Roraima

Campus Paricarana, Av. Cap. Ene Garcez, 2413, 69310-000, Bairro Aeroporto, Boa Vista, RR, Brasil
simon-jp@hotmail.com

Resumo. O jornalismo moderno, na primeira metade do século XX, mediou sentidos factuais coletivos necessários à construção de projetos de nação. Partindo de pressupostos históricos de Géraldine Muhlmann (2008) sobre jornalismo unificador e descentralizador, discutiremos como Monteiro Lobato representou jornalisticamente a problemática deste projeto nacional na narrativa *Problema Vital* (1918). Concluiremos que o escritor jornalista denunciou a crise brasileira da nação ao preterir a informação de dados sobre países estrangeiros e interpretar o cenário da falta de sanitarismo público nos sertões do país.

Palavras-chave: jornalismo moderno, mediação e nação

Abstract. In the first half of the twentieth century, modern journalism mediated collective factual directions necessary for the construction of the nation's projects. Taking the historical assumptions by Géraldine Muhlmann (2008) regarding unifying, decentralizing journalism as a starting point, this article discusses how Monteiro Lobato journalistically represented issues involving a national project in his narrative *Problema Vital* (1918). We conclude that the literary journalist condemned the Brazilian national crisis by omitting information on data concerning foreign countries and interpreting the scenario in the hinterland of the country with its lack of public sanitation.

Key words: modern journalism, mediation and nation

O debate em torno do jornalismo e projetos de nação precisa ser ampliado nos circuitos acadêmicos em comunicação. A perspectiva da história do jornalismo brasileiro aponta que essa convergência entre produção jornalística e a urgência da construção de um processo consolidado de nação independente e forte político e economicamente atravessou todo o século XX e ainda pede o devido espaço nas pesquisas científicas da área.

Neste sentido, propomos discutir a relação entre narrativa jornalística² e nação na primei-

ra metade do século XX, trazendo a perspectiva de uma teórica francesa sobre o jornalismo dos Estados Unidos, recontextualizando seus pressupostos a fim de aplicá-los à produção brasileira, especificamente do escritor jornalista Monteiro Lobato, priorizando, assim, o alargamento de tal discussão à realidade crônica da problemática de um projeto político-econômico nacional.

A historiadora do jornalismo Géraldine Muhlmann (2008, p. 22) discutiu a relação entre jornalismo e nação ao apontar práticas

¹ Este trabalho é parte da pesquisa da tese de doutorado "Monteiro Lobato, o escritor jornalista na nação moderna", orientada pela Professora Zélia Monteiro Bora Ph.D., do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

² Entendemos a noção de narrativa, nos termos de Lennard Davis (1996, p.31), como hibridismo de fato e ficção. Demonstraremos neste artigo que, na narrativa jornalística *Problema Vital*, Monteiro Lobato vale-se tanto de tratamento factual quanto de metáforas literárias.

de mediação factual adotadas pelo jornalista moderno, espécie de embaixador de uma coletividade, garantindo o compartilhamento de sentidos factuais nacionais:

(...) a sort of tacit contract exists between this "I" and the "We". Who recognize ourselves in that "I". The Witness is no longer fragile and suspect, because his experience is perceived as what each of "us" would have had in his place. His "I" unifies a community, because it sees him, in the very singularity of his experience, as it ambassador. I will call this mode of objectification, or this unifying process, the figure of the witness-ambassador. For those who practice it, it means constantly reminding us, more or less implicitly, that they see, in all our names, hence reminding us of the pact which blinds them to "us", enabling them to give "us" a sort of experience by proxy. It is as is the "I", singular though it may be, is at the same time "collective" (grifos do autor)³.

Para Muhlmann (2008, p. 109), a produção jornalística moderna contribuiu na construção de identidades nacionais:

To the extent that journalism consists of the labour of exposing thing to the public, American-ness is thus erected into a fundamentally journalistic matter. This is because identity ('We') is conceived as something which is revealed: what is 'ours', what is not (...) ⁴.

Esta é a representação, segundo Muhlmann (2008, p. 30), da nação norte-americana através do jornalismo unificador (*unifying journalism*) responsável por legitimar uma coletividade, uma comunidade nacional, diferente de outro tipo de jornalismo moderno, o descentralizador (*decentring*), engajado em provocar um conflito de deslocamento do mediador da identidade coletiva, para reconhecer o lugar de outras identidades culturais, um processo paradoxal:

the decentring undoes fixed identities, but still reconnects all those involved in the vast conflict of points of view it presents, but in a different way from in the original artificial unification; it makes them listen to each other, speak to each other, and confront each other, hence, whether they wish it or not, meet each other⁵ (Muhlmann, 2008, p. 169).

Conforme defende a historiadora, o *decentring journalism* também produz comunidades, distintamente, ao fazê-lo através de um jogo de alteridade e empatia, no qual uma identidade coletiva de leitores, ao mesmo tempo em que delimita uma outridade, se reconhece e se unifica nas diferenças em relação a esta. Esta mediação é feita por jornalistas em exílio, correspondência internacional ou de guerra.

Os dois tipos de jornalismo também se distinguem em torno do senso de localidade: "The witness-ambassador, who brings people together, defines a place, the centre of the 'we', whereas the decentrer is constantly seeking a non-place, in order to defy the appointed places⁶" (Muhlmann, 2008, p. 226). Por outro lado, tratam-se, igualmente, de processos políticos, que unem e reúnem comunidades políticas.

O sentido de lugar, considerando os tipos de mediador enumerados por Muhlmann (2008, p. 226), está diretamente relacionado com a experiência jornalística. O *witness-ambassador* fala no seu país, define, portanto, um lugar. O *decentring journalist* escreve como exilado, correspondente internacional; ao mediar uma conexão simbólica entre sua comunidade de origem e a comunidade estrangeira na qual aconteceu o fato narrado, flui o sentido de lugar tanto quanto seu nomadismo. Enquanto o jornalista unificador media a localidade em comum, o correspondente internacional trabalha com as diferenças marcadas pela outridade e sua localidade factual, pelo público do qual se fala e pelo outro ao qual o discurso é dirigido,

³ (...) uma espécie de contato tácito existe entre este "Eu" e o "Nós". Quem se reconhece neste "Eu". A testemunha não é mais frágil e suspeita, porque sua experiência é percebida como a qual cada um de "nós" teria tido em seu lugar. Seu "Eu" unifica a comunidade, porque ela o vê, na singularidade de sua experiência, como seu embaixador. Eu chamarei esta forma de objetificação, ou este processo de unificação, a figura da *testemunha-embaixador*. Para aqueles que a praticam, ela constantemente relembra-nos, mais ou menos implicitamente, que ela vê em nosso nome, desta forma, lembrando-nos do pacto que a une a "nós", autorizando-nos a "nós" dar uma experiência por proximidade. É como o "Eu", singular, apesar de poder ser, ao mesmo tempo, "coletivo".

⁴ Tendo em vista a noção de que o jornalismo consiste do trabalho de expor coisas ao público, a Americanidade é então erguida, em uma questão fundamentalmente jornalística. Isto é porque a identidade ('Nós') é concebida como algo que é revelado: o que é 'nosso', o que não é (...).

⁵ (...) o jornalismo descentralizador desfaz identidades fixas, mas ainda reconecta todos aqueles envolvidos no vasto conflito de pontos de vista que ele apresenta, mas de uma forma diferente da unificação artificial original; ele os faz escutar uns aos outros, falar uns com os outros e confrontarem-se, desta forma, independente de eles desejarem ou não, conhecerem-se.

⁶ O embaixador-testemunha une as pessoas, define um local, o centro do 'nós', enquanto o jornalista descentralizador está constantemente buscando um não-lugar, para, desta forma, desafiar os locais determinados.

lida com repercussões de fatos simultâneos ou não em comunidades nacionais distintas.

Desta forma, Muhlmann nos sugere pensar a representação da nação no jornalismo moderno a partir da mediação do jornalista, da atitude política em optar pela centralização ou fragmentação de experiências nacionais relacionadas à identidade e ao lugar. O *unifying journalism* e o *decentring journalism*, respectivamente, expressam seu sentido coletivo ou coletivo relacional, a comunhão ou a diferença. O segundo tipo, particularmente, provoca a leitura de que a nação não é um mero processo homogêneo, mas enredado com outros atores num contexto global.

A relação entre identidade e nação é distinta nas perspectivas do *witness-ambassador* e do *decentring journalist* apontadas por Géraldine Muhlmann (2008, p. 28; p. 30). O jornalista unificador introduz questões que provocam uma coletividade a pensar e reafirmar a identidade comum. Podemos aproximar esse sentido da legitimação da nação enquanto processo individual de mediação e coletivo de representação. Segundo Géraldine Muhlmann, o jornalismo unificador surgiu durante a transição do jornalismo de opinião para a reportagem, portanto, diante a descentralização da figura do comentarista, detentor do discurso, daí o jornalista moderno ter que forjar o papel de mediador dos fatos e não mais meramente de proprietário de idéias.

O jornalista descentralizador provoca um conflito na identidade a qual pertence ao remeter a uma outra coletividade; não se considera fazendo parte de uma comunidade e representando-a; ele só testemunha o fato porque se deslocou da coletividade a qual pertence, mas, como visto anteriormente, permite a ela se reconhecer nas diferenças.

O discurso jornalístico, segundo as assertivas de Muhlmann (2008, p. 23), sofreu uma crise, na segunda metade do século XIX, devido à preponderância do aspecto factual sobre o opinativo, do olhar sobre o pensamento, cuja resolução passava pelo paradoxo do jornalista em falar de uma experiência própria a si e à coletividade. Assim, o discurso jornalístico era personalista e social ao mesmo tempo, característica do *unifying journalism*, ampliada pelo *decentring journalism* ao aspecto transnacional da outridade e diferenças. Estendemos esta percepção da perspectiva do jornalista, em marcar diferenças entre fatos nacionais e estrangeiros, ao debate factual e identitário da nação.

Como dissemos, Muhlmann aplica sua perspectiva histórica ao jornalismo estadunidense. Resta-nos investigar se o mesmo se deu no jornalismo brasileiro da primeira metade do século XX, num contexto de modernidade tardia. A produção moderna jornalístico-literária de João do Rio, de Euclides da Cunha e do próprio Monteiro Lobato ajuda-nos a compreender se o jornalismo unificador e descentralizador e suas práticas de mediação ocorreram no Brasil.

O *unifying journalism* foi utilizado pelos três escritores jornalistas através do comentário de fatos nacionais a partir do testemunho *in loco*. Euclides da Cunha (1985, 598 p.; 1975, p. 23-106), na função de repórter especial enviado por jornais, interpretou em *Os Sertões* (1902) a resistência de Canudos ao projeto nacional republicano e, em *Na Amazônia – terra sem história* (1909), a exploração de mão-de-obra do migrante nordestino na floresta amazônica; João do Rio (2006, p. 306) investigou expressões religiosas na cidade do Rio de Janeiro e informou suas práticas de manifestação pública e clandestinidade em *As Religiões no Rio* (1904); Monteiro Lobato (1950, p. 340; 1969, p. 298) denunciou o problema sanitário no Vale do Paraíba em *Problema Vital* (1918), interpretou em *Ferro* (1931) o progresso siderúrgico estadunidense após visita a indústrias do país norte-americano, além de investigar e denunciar em *O escândalo do petróleo* (1936), através da interpretação de dados, documentos e evidências factuais, os interesses nacionais e estrangeiros com a intenção de não descobrir e explorar o petróleo em território brasileiro. O testemunho, portanto, foi experiência mediadora no jornalismo moderno brasileiro.

Na passagem do século XIX ao XX, o imperativo jornalístico da notícia em favor do testemunho enquanto observação mediada se consolida, convergindo as experiências coletivas do público e a profissional individual do jornalista, cobrando dele o tratamento tão somente do fato, mas sua inserção num contexto determinado e até ampliado, surgindo assim, a reportagem, muito utilizada por João do Rio. A proposta testemunhal moderna presente nos referidos gêneros informativos (notícia e reportagem), emblemática o cotidiano como espaço das transformações sociológicas, históricas, político-econômicas requeridas pela inserção do país no modelo de nação liberal importado pelas elites, as mesmas que regulavam a imprensa enquanto instrumento formador de opinião.

O *decentring journalism* estadunidense, segundo Géraldine Muhlmann foi desenvolvido por jornalistas cumprindo função de correspondentes internacionais, enviados a outros países para prestigiar os fatos *in loco*. Como o jornalismo brasileiro até a Segunda Guerra Mundial, dependeu, quase que totalmente das notícias importadas de agências de notícias estrangeiras, não possuía a figura do correspondente internacional em suas redações.

O jornalismo informativo e interpretativo brasileiro durante a Primeira Guerra Mundial foi desenvolvido coadunando-se com a urgência das imprensas nacionais de enxertar idéias engajadas com as políticas dos respectivos Estados e nações aliadas diante o cenário de guerra, no qual as “agências de notícias internacionais formatavam os textos enviados a todo o mundo pautados na ideologia militar estadunidense” (Leandro e Medina *in* Lima, 2004, p. 19). A mediação factual, em vez de acontecer através do testemunho dos fatos estrangeiros, era caracterizada pelo viés editorial da nacionalização do tratamento dado pela imprensa estrangeira, ou seja, os fatos eram reinterpretados de acordo com a ideologia dos jornais e interesses oficiais brasileiros.

Deste modo, o processo comunicacional mais típico era o agenciamento dos propósitos institucionais em relação aos fatos mundiais e isto se estendeu até a década de 1930. Monteiro Lobato interpretou o processo siderúrgico nas indústrias estadunidenses não como jornalista correspondente internacional, e sim adido comercial do Governo Federal brasileiro, defendendo em *Ferro* a importação de técnica siderúrgica, associando, portanto, os propósitos jornalísticos de tratamento factual e os interesses institucionais do poder executivo em favor do progresso nacional; neste caso, essa produção jornalístico-literária tinha mais de jornalismo unificador do que de descentralizador. Em *O escândalo do petróleo*, Lobato não se desloca do Brasil para investigar empresas estrangeiras interessadas em nosso petróleo, mas também interpreta documentos e dados, fornecidos através de correspondências, relatórios e de agências de análise econômica; não deixa de comparar o caso do petróleo brasileiro ao caso de outros países. Desta forma, o autor oscila entre o jornalismo descentralizador, não mediado pela prática de correspondente internacional e o jornalismo unificador com fins nacionalistas.

A produção brasileira na primeira metade do século XX lançou mão das práticas comu-

nicaçãois de testemunho, do *unifying journalism* e de um *decentring journalism* adaptado aos interesses nacionais agenciados pela mediação dos escritores jornalistas. Vejamos como essa mediação nacionalista é explicitada na narrativa *Problema Vital* (1918) de Monteiro Lobato, na qual denuncia a falta de um projeto sanitário que garanta condições de saúde pública à população do Vale do Paraíba.

O escritor jornalista inicia a narrativa desmistificando verdades atribuídas ao país (próspero, forte militarmente) como se fossem definitivas, e aponta o paradoxo do intelectual e militar Alberto Torres, autor do libelo *O problema nacional brasileiro* (1914). De um lado, Torres defende o brasileiro como um dos povos mais inteligentes e sensatos do mundo, de outro lado, tomado pela degradação moral, política e financeira, logo “o leitor sai do livro com esta mirífica lição nos miolos: quanto mais inteligente e sensato um povo, tanto menos capaz de organização e progresso [*sic*]” (Lobato, 1950, p. 223). Lobato foge da contradição optando pelo tom nacionalista crítico em seu livro.

Sintonizado com as prerrogativas da reportagem moderna, defende as perspectivas dos fatos *in loco* desenvolvidas por sanitaristas e higienistas como Carlos Chagas, Osvaldo Cruz e Belisario Penna. Cruz representa o moderno espírito científico por estar longe de ser o “burocrata desinfetador e papelifero [*sic*]” (Lobato, 1950, p. 226); Penna escarna ao vivo as mazelas da fome e da doença e critica ainda “a phtiríase organizada em sistema político que rói com furia acariana o pobre organismo inamine [*sic*]” (Lobato, 1950, p. 229). Chagas, pesquisador da doença transmitida pelo barbeiro, adaptado às paredes de barro das precárias casas dos caboclos, “entrevira na paisagem rude dos sertões á guisa de um circulo inedito do Dante [*sic*]” (Lobato, 1950, p.240).

O testemunho jornalístico lobatiano feito diretamente na realidade analisada é ilustrado por metáforas criadas pelo próprio escritor jornalista: “fidelidade fotográfica”, “ponta da língua jornalística” e “a olho nu”. Estas figuras de linguagem forjam a prática de autenticidade dos fatos por parte da cobertura jornalística de Monteiro Lobato, quando, na verdade, o escritor jornalista opera com uma mediação factual ideológica.

As evidências dos fatos são mediadas por um viés jornalístico interpretativo quando o escritor jornalista, por exemplo, apresenta e analisa estatísticas (Lobato, 1950, p. 231), denúncias

e soluções contra as infecções: no meio rural, o uso de sapatos, de fossas e profilaxia “com aceiro escampo entre a casa e o mato”, “barragem das telas de arames” e não utilização do barro e do sapé; e no espaço urbano, isolamento dos doentes, uso da quina no caso da malária (Lobato, 1950, p. 250; p. 315); quando critica os gastos de dinheiro público, evidenciando o mau uso da política financeira estatal:

Com os dez mil contos gastos no recenseamento Hermes para recensear nunca se soube o que, a maleita seria expungida de inumeras zonas assoladas.

Com os 40 mil contos das vilas operarias, adeus para sempre ao barbeiro.

Com os 12 mil contos do Teatro Municipal do Rio, mais os 13 mil da exposição Pena, mais os 60 mil dos elefantes brancos, mais os 500 mil da duplicação da Central, mais o milhão fundido na cauda dos orçamentos para Gaudio das politicas locais – com esse Pactolo escorrido ás tontas, criminosamente, que obra gigantesca não se faria no Brasil, se os nossos estadistas fossem dotados do mais elemental bom senso? [sic] (Lobato, 1950, p. 278).

Ao interpretar os números das epidemias, chega a uma constatação lúcida:

na terra paradisíaca onde dezessete milhões de criaturas vivem para uso e gozo do ancilostomo, e tres milhões pagam pesado tributo de sangue, de vida e de inteligencia a um miseravel percebejo, dez milhões tiritam na febre consuntora do impaludismo. Para alcançar tais numeros é força que a maioria dos doentes abriguem simultaneamente no organismo os tres hospedeiros letais (ancilóstomo, barbeiro, anofelio). E é o que se dá [sic] (Lobato, 1950, p. 247-248).

Monteiro Lobato não quer compreender outras obras públicas tão úteis quanto o sanitarismo, porque se concentra no seu libelo político-cultural em torno do problema considerado por ele mais vital do que outros. Toma pra si o papel, inclusive, de ser o mediador factual junto às autoridades políticas:

Nossos governantes inda não compreenderam o alcance economico do saneamento. Alegam aperturas financeiras e restringem as verbas destinadas á higiene. No dia, porém, em que pela demonstração insofismavel dos fatos, arraigar-se a convicção de que dinheiro despendido no restabelecimento da saude do povo e na extinção dos focos infecciosos é dinheiro adiantado, que volta ás arcas acrescido de alto premio, porque esse dinheiro foi restabelecer a eficiencia economica de milhares de criaturas transformadas pela doença

em quantidades negativas, nenhum serviço receberá mais generosa dotação e nenhum sobre ele terá primazia [sic] (Lobato, 1950, p. 300).

O autor utiliza, em *Problema Vital*, os regimes discursivos de ressonância dos fatos e causalidade, demonstrando o reflexo da doença pública na economia do país. O Lobato (1950, p. 316) de pensamento higienista, por exemplo, contraria certa opinião pública de que, em nome do pitoresco, acha natural o caboclo viver numa “arapuca de barro”, “choça de palha”, “em estado de tapera”, com “chão de terra, esburacado, desnivelado” e, às vezes, sem portas e janelas, fatores do quadro de doença vérmica crônica no sertão brasileiro, geralmente desconsiderados, que se refletem na escassez de mão de obra saudável para a produção econômica agrícola.

A denúncia lobatiana é programática e, porque não dizer, obsessiva: “Para sanear é forçoso, preliminarmente, convenceremos o país da sua doença, e em seguida fazer dessa ideia o programa de todos os governos, a ideia fixa de todos os particulares [sic]” (Lobato, 1950, p. 271). A propagandística da opinião passa pelo regime regular, periódico e alargado do pensamento, opõe-se ao “repouso” da pena jornalística.

O libelo lobatiano insiste na crítica obsessiva, mas também na pedagogia do exemplo para demonstrar que a mudança do quadro de epidemia pública é possível. Ele enumera as etapas da campanha sanitária em Iguape, a cidade escolhida para ser a metonímia do país: recenseamento, exame, diagnóstico, trabalho medicativo, novo exame, prosseguimento do tratamento, instituição da fossa obrigatória, campanha anti-vérmica e anti-malárica. Neste sentido, a propagandística do caso exemplar tem o propósito de convencer os poderes estabelecidos e os leitores de uma política nacional de saúde.

Em sua defesa nacionalista crítica, porém, não consulta especialistas acerca dos fatos apresentados, marcando lacunas jornalísticas no argumento contra o estado de doença dos roceiros paulistas. Por exemplo, quando confronta a pergunta sobre o convencimento dos políticos acerca das evidências do estado de saúde pública, com a resposta velada, não reproduzida pelo autor, de especialistas capazes de respondê-la:

Seria uma tarefa talhada ás camaras municipais e aos inspetores de bairro – em contacto direto como vivem eles com a gente assolada. Mas de que modo convencer a um coronel prefeito de ca-

mara, ou tenente inspetor de quartelão, da existência, vida, costumes e atividades de um verme que ele não vê? Estes espíritos fortes só creem no que seus olhos enxergam... [sic] (Lobato, 1950, p. 235).

Opções de lacunas como esta apontam aspectos inerentes à mediação jornalística de Lobato em torno de fatos críticos da nação. Apesar de se opor ao regime regular da imprensa periódica informativa, pouco documental, contextual e denunciata, oferece ao público da época seu jornalismo interpretativo, mesmo contendo lacunas, como o silenciamento de comentários por parte de especialistas e autoridades oficiais, evidenciando os fatos enquanto parte da ressalva ideológica particular em mediar a realidade nacional. Chega, inclusive, a preencher lacunas das entrevistas com especialistas e autoridades oficiais, generalizando e inventando discursos atribuídos a políticos, estadistas, legistas, militares e intelectuais patrióticos. Deste modo, hierarquiza os discursos, preferindo sua mediação interpretativa-opinativa às angulações de cientistas e autoridades públicas.

Os discursos lobatianos provenientes de opinião, informação e de estatísticas interpretadas prevalecem em toda a narrativa. Eles operam mais sentimentalmente com experiências generalizadas, reveladoras do estado crônico da população, do que com experiências e fatos vivenciados diretamente por personagens que vivem na região pesquisada. Operam mais com evidências e menos com versões destes, ou seja, não seguem totalmente a cartilha do jornalismo interpretativo, já que outras versões factuais reproduzidas na íntegra não legitimariam exclusivamente a perspectiva particular do escritor jornalista, caracterizando assim a narrativa em questão como um libelo panfletário.

Monteiro Lobato pratica a mediação moderna do *witness-ambassador*, responsável por reunir a comunidade nacional em torno do problema da saúde pública. Ele faz referência ao sociotipo humano e à cidade rural em outros países. Legitima a solução científica que já funcionou nas “nações prosperadas” (Lobato, 1950, p. 244), sem apresentar declarações de especialistas (sociólogos, antropólogos, médicos), dados ou estatísticas, valorizando o jornalismo unificador em detrimento do descentralizador.

O jornalista paulista, portanto, opta pelo jornalismo unificador, propondo-se a mediar o problema sanitário comum à nação brasileira através do seu projeto jornalístico e nacionalista crítico. A recusa em interpretar fatos, dados e realidades estrangeiras colabora com sua insistência obsessiva em torno do quadro crítico da saúde nacional, principalmente dos sertões esquecidos pelo poder executivo.

Problema Vital legitima que um projeto sobre saúde sanitária é, antes de tudo, decorrente de um eficiente planejamento econômico. A tese do escritor jornalista sobre sanitarismo não suplanta, apenas contraria os discursos tradicionalmente patrióticos, além de reproduzir e generalizar declarações afins a seu libelo jornalístico.

Digamos que o Brasil levou de médio a longo prazo para reconhecer as “doenças” crônicas apontadas pelo paulista na primeira metade do século XX. No entanto, permanece a luta do brasileiro Monteiro Lobato indignado, em favor da maioria silenciosa a partir do trabalho obsessivo de seu jornalismo em torno dos problemas nacionais. Não é a toa que a metáfora “país pé no chão” utilizada na narrativa em questão é, ao lado da figura do Jeca Tatu, emblemática deste período de crise do projeto de nação.

Referências

- CUNHA, E. da. 1985. *Os Sertões*. São Paulo, Brasiliense, 598 p.
- CUNHA, E. 1975. Na Amazônia – terra sem história. In: E. CUNHA. *À margem da história*. São Paulo/Brasília, Cultrix/INL, p. 23-106.
- DAVIS, L.J. 1996. *Factual fictions: the origins of the english novel*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 245 p.
- LIMA, E.P. 2004. *Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Barueri, Manole, p. 371.
- LOBATO, M. 1969. *O escândalo do petróleo e Ferro* (Literatura Geral, Vol. 7). 11 ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 298 p.
- LOBATO, M. 1950. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital* (Literatura Geral, Vol. 8). São Paulo, Ed. Brasiliense Ltda., 340 p.
- MUHLMANN, G. 2008. *A political history of journalism*. Cambridge, Polity Press, 296 p.
- RIO, J.do. 2006. *As Religiões no Rio*. Rio de Janeiro, José Olympio, 306 p.

Submetido: 03/04/2013

Aceite: 02/05/2013